

PARA ALÉM DAS TENSÕES CAMPO E CIDADE: O RURALISMO BRASILEIRO

Maria Izilda Santos de Matos*

Mendonça, Sonia Regina. *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*. São Paulo, Hucitec, 1998.

O crescimento contemporâneo das tensões no campo brasileiro, a emergência e/ou maior visibilidade dos movimentos de luta pela terra trouxeram como contraponto as ações ruralistas, que, para além de um discurso, associações e ações partidárias de diferentes perfis, geram violentas reações. Esse, entre outros fatores, dá ao livro de Sonia Regina Mendonça, *O ruralismo brasileiro (1888-1931)*, publicado pela Hucitec, um papel de destaque na revisão historiográfica sobre o tema, politizando o trabalho do historiador na construção da ponte entre presente e passado.

Se na contemporaneidade o termo ruralismo chegou a instituir-se como designativo de uma associação de classe com pretensões partidárias e atuação até violenta, torna-se inegável a necessidade de conhecimento mais amplo acerca da história dos segmentos agrários da classe dominante brasileira cujo projeto se atrelava a implementar a reabilitação da “vocação eminentemente agrícola do Brasil” sob esse rótulo. Assim, desvendando uma falsa aparência monocórdia, emergem na análise da autora o múltiplo do ruralismo, um movimento/pensamento de expressão de conflitos e posições diferenciadas acerca das modalidades de intervenção agrícola na Primeira República.

Nessa obra, o tema do ruralismo na República Velha passou a ter estatuto de temática-chave para a compreensão da questão agrária, das relações das organizações representativas das diversas frações da classe proprietária com as agências estatais e dos conflitos intraclasse dominante, contribuindo para se repensar as tramas de poder desse momento histórico.

* Professora Titular da PUC-SP.

Nas análises sobre a República Velha brasileira, o privilégio historiográfico dado ao lugar econômico da agricultura monocultora cafeeira e ao papel político preponderante dos grandes proprietários a ela ligados produziu uma noção excessivamente simplista do quadro econômico-político rural brasileiro e das idéias produzidas por esse universo, diretamente relacionadas ao binômio latifúndio/agricultura monocultora de exportação. Daí ter sido consagrada inadvertidamente, também, a imagem dos cafeicultores como soberanos absolutos da máquina estatal.

Centrando sua análise num conjunto de representações e práticas acerca do mundo rural brasileiro no período da República Velha – o denominado ruralismo –, a análise considera-o como um movimento político de organização e institucionalização de interesses de determinadas frações de setores agrários brasileiros. A autora analisa os discursos produzidos e veiculadas pelos agentes e agências e sua ação dentro das construções do Estado.

Fruto de uma pesquisa extensa, a obra sedimenta-se num mosaico de fontes privilegiando a documentação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), particularmente a análise do seu órgão de difusão, a publicação *A Lavoura*; além dos documentos internos da entidade e dos Congressos e exposições patrocinados pela associação, foi dada uma atenção particular às monografias ruralista publicadas no período, passando pelos relatórios do Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC), e também diversos periódicos, não deixando de lado as Coleções de Leis da República do Brasil e Anais da Câmara dos Deputados onde os debates corriam soltos.

Tal diversidade de fontes é analisada com um rigor conceitual e metodológico irrepreensível, procurando investigar as construções de organizações de representação de interesses como parte do processo de ação coletiva, sendo que a atuação dessas entidades como grupos de pressão sobre a sociedade política, partidos, eleições e governo é ilustrativa das tramas e jogos de poder.

Em uma análise meticulosa, a autora vai apontando os diferentes interesses agrários como se opunham e se proliferaram, suas formas de ação, destacando a procura pela associação de interesses dessas diferentes facções agrárias. Nesse sentido, em 1897, o primeiro passo é dado com a fundação da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA) que propunha a regeneração da agricultura nacional, através de medidas como: diversificação produtiva, associativismo, criação de uma agência do aparelho do Estado permeável a suas petições e inquietudes, modernização agrícola pela difusão do ensino técnico e mecanização, além da multiplicação da pequena propriedade como estratégia de fixação da mão-de-obra no campo.

A SNA procurava também prestar serviços e propaganda, como distribuição gratuita ou a preço de custo de sementes e mudas que julgasse necessário divulgar, fornecimento de publicações técnicas (nacionais e estrangeiras), difusão da agricultura científica através de publicações e conferências. Pudessem dizer que a essência do aconselhamento residia no convencimento sobre a necessidade do estudo e da implementação da tecnologia agrícola tendo como grande órgão de difusão das propostas da SNA – A LAVOURA.

Assim, a SNA procurava representar, mobilizar e doutrinar em torno da necessidade da diversificação agrícola e modernização da agricultura, pregando as virtudes da essência agrária, procurando diagnosticar os problemas da agricultura brasileira, propondo alternativas para ela e assim construindo a própria proposta ruralista.

Como associação de classe, a SNA atuava em várias frentes, como os congressos e exposições, como elemento de pressão política, *lobbies* e formação de opinião. Mas centralizou suas ações na luta por um órgão com o qual pudesse se relacionar diretamente com o governo – o Ministério da Agricultura Indústria e Comércio (MAIC).

Dessa forma, pode-se perceber como ruralismo foi também a construção de espaços de poder alternativos ao jogo político partidário, sem negá-lo, na inter-relação entre sociedade civil e sociedade política. Não se tratava de um movimento restrito ao nível das idéias ou contra-reação dos grupos agrários à progressiva perda de prestígio diante dos avanços dos interesses urbano-industriais, encontrando-se geralmente associado ao reacionarismo e antiindustrialismo. Discordando dessas interpretações, a autora propõe uma nova leitura do ruralismo como um movimento político complexo organizado das frações da camada dominante agrária no Brasil. O ruralismo é também identificado como um movimento organizador e um debate de idéias tendo por fulcro as noções de crise/atraso da agricultura e por motor a idéia de modernização. Onde a luta pela vocação agrícola do país sobre marca da influência fisiocrática.

A partir do seu terceiro capítulo – “O mundo Rural: diagnóstico de um estado” –, a autora, utilizando-se das monografias de bacharéis, engenheiros e particularmente agrônomos, analisa como eles visavam reabilitar a agricultura do país. Em geral, procuravam diagnosticar a situação do campo como de crise, essa identificada como um desequilíbrio a ser corrigido por medidas restauradoras de uma ordem supostamente perdida que deveria, porém, ser resgatada. Em prol da regeneração agrícola criticavam a monocultura, o latifúndio e a indústria e contrapunha-se como argumento a diversificação agrícola.

Os discursos apresentavam a agricultura como desprotegida e abandonada pelos poderes públicos, por isso, frágil e desamparada, embora esteio da economia e da nacionalidade. A partir de 1910, aparece a construção da noção de atraso do campo, que se encontrava centrada na problemática do fornecimento da mão-de-obra, elegia-se a indústria como opositor que corroborava para o despovoamento e desorganização do campo, sugando seus braços e causando, além de desequilíbrios, a crise agrícola. Os discursos contribuíram na construção e difusão da dicotomia campo *versus* cidade que passou a ser usada como relação de força ao longo do período. Em diferentes momentos, os ruralistas traduziam a agricultura tida como ameaçada pela competição industrial e carente de amparo e regeneração.

Segundo as propostas para soerguer o campo – “A vocação eminentemente agrícola do Brasil: a ordem a serviço do progresso” (capítulo IV) –, a crise agrícola deveria ser diagnosticada e superada pela “agricultura científica”, que apregoava: povoamento e colonização, educação do trabalhador rural, modernização/racionalização produtiva e difusão do crédito cooperativo.

Educar o trabalhador nacional era um dos eixos centrais para soerguer o campo, mantendo os braços na lavoura e contendo o êxodo para as cidades (cabe lembrar que em 1920 75% da população economicamente ativa era rural), o que seria viabilizado através entre outros projetos da instalação de instituições especiais de ensino agrícola em diferentes níveis de formação.

A proposta envolvia uma complexa trama de argumentos para “uma ‘nova’ agricultura, racional, científica e progressista, superadora do atraso, da rotina e da baixa produtividade, acabaria por imputar aos estreitos horizontes dos produtores – perante sua suposta resistência às inovações e seu baixo nível de escolaridade – a condição de obstáculos à sua plena instalação, graças à incapacidade daqueles de operarem com cálculos e procedimentos racionais. Para além desta problemática, é também a crítica permanente à ação insuficiente protecionista dos governos, o canal de pressão/expressão mediante o qual se controem dois outros atributos da agricultura tida como modernizada: a diversificação produtiva e a abundância de créditos”. (p. 115)

Assim, a modernização e a diversificação produtiva constroem um discurso no qual a agricultura encontrava-se desamparada e necessitada de crédito para se soerguer, justificando as demandas ruralistas pelos privilégios da ação pública. Já em 1906, em pleno debate pela valorização do café, a pressão ruralista aparece vigorosa, centrando seu foco na criação de um Ministério da Agricultura – o MAIC – criado finalmente em 12/12/1909. O MAIC foi um canal difusor, de dimensão nacional, da versão ruralista

da ideologia do progresso, mas ambigüamente seria um dos principais responsáveis pela consolidação da dualidade entre campo/atraso *versus* cidade/progresso.

Em “Ceres e a Política” (capítulo V) e “A Política de Ceres” (capítulo VI), a autora analisa a complexa ação do MAIC, cuja preocupação centrava-se na regeneração agrícola, por meio de várias medidas, entre elas a de arregimentação da mão-de-obra rural (instituição do ensino agrícola, assistir, incorporar os indígenas, fomento à imigração/colonização). O ministério consagrou o saber agrônômico, passando a exigir o diploma de agrônomo para postos centrais do órgão, que teria a pedra de toque do projeto regenerador através da Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária, além de viabilizar intercâmbios com universidades norte-americanas.

Assim, por essas práticas, discursos e instituições acerca do mundo rural brasileiro da Primeira República, enfeixadas sob a designação de ruralismo, encarado pela tríplice ótica de um movimento político de organização de interesses de frações agrárias da classe dominante no nível da sociedade civil; de um debate de idéias; e, finalmente, de uma institucionalização governamental dessas demandas resultou a identificação de alguns aspectos teóricos e históricos importantes.

Apontando com pertinência que, para além de uma ideologia reflexa diante dos processos de urbanização-industrialização, o ruralismo assumiu o estatuto de movimento político, consistindo numa das dimensões da luta intraclasses dominante, por meio de agências (SNA) e agentes e do próprios MAIC, a autora destaca:

Ainda como matriz discursiva, o ruralismo apresentava-se como capaz de conciliar interesses bem distintos, embora unificados pela necessidade de controle da formação e expansão do mercado de trabalho, sem ameaças à estrutura fundiária vigente, revelando a força de seu conservadorismo, que não se confunde, necessariamente com reacionarismo. (p. 178)

Da leitura de *O ruralismo brasileiro* fica a convicção da solidez dos argumentos da autora para demonstrar que as propostas de diversificação agrícola e prioridade para a produção direcionada ao mercado interno (porém não de redistribuição de terras) não só existiram, como foram fundamentais na organização de “frações não hegemônicas da classe dominante”. Frações de grandes proprietários que elaboraram um discurso próprio – ruralista – sobre a agricultura nacional e difundiram-no por meio de organizações de classe da sociedade civil que foram canais importantes para sua atuação no universo da sociedade política. Entre essas organizações, a SNA, criada em 1897 com um quadro de associados e dirigentes representativo da classe proprietária de diversas regiões do país, é alvo de análise, inclusive, também destacando a agência estatal (criada também pela pressão ruralista) encarregada de formular e aplicar políticas públicas no campo – o MAIC.